

RUMOS DO REAL

Malan quer desregular e indexar

Ministro da Fazenda faz a apologia do gradualismo na hora de desvincular a economia dos indexadores de inflação, alegando que o Brasil convive há mais de três décadas com esses sistemas

BEATRIZ ABREU
e RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — O governo desistiu de adotar a desindexação ampla da economia e optou por um projeto menos ambicioso: "desregular e indexar". Em entrevista ao Estado, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, fez a apologia do gradualismo nessa questão. Lembrou que o Brasil tem trinta anos de convivência com a indexação, que não se pode fazer este processo da noite para o dia e que o País ainda está com uma taxa de inflação em níveis altos.

Malan disse que não se pode fazer no Brasil o que o ministro da Economia, Domingo Cavallo, fez na Argentina. Cavallo proibiu qualquer forma de indexação. "Lá havia essa possibilidade, porque eles estavam saindo de duas hiperinflações", explicou Malan. "Não tinham a tradição que o Brasil tem de três décadas de convivência com a indexação", acrescentou. A seguir, os principais trechos da entrevista.



**LIMITAR
JUROS EM 12%
É UM
EQUÍVOCO**

Estado — As informações sobre o processo de desindexação estão contraditórias?

Pedro Malan — Não estão con-

traditórias, não. A nossa imprensa é que é muito eficiente, já colocou na mesa todas as possibilidades.

Estado — No sábado, depois da reunião ministerial, o porta-voz do Palácio do Planalto, Sérgio Amaral, falou sobre a aplicação de um redutor na TR. É isso mesmo?

Malan — Eu não vi a declaração do Sérgio. Preciso conversar com ele antes, mas isso tudo estará disponível ao grande público ainda esta semana.

Estado — Até a semana passada falava-se em desindexação no sentido amplo. Agora, fala-se apenas no fim do IPC-r.

Malan — A palavra ampla quer dizer coisa diferente para diferentes pessoas, em diferentes momentos.

Estado — Pode ter até mesmo o sentido da palavra restrita?

Malan — (risos) Se vocês querem uma pista, nós vamos, sim, dar continuidade a um amplo processo de desregulamentação da indexação da economia brasileira. Essa é a linha geral. Tanto é que a medida provisória do Real já diz que o reajuste salarial pela inflação passada deixará de ter lugar a partir de 1º de julho.

Estado — Mas isso vale também para o mercado financeiro, para os



Pedro Malan: o Brasil tem 30 anos de convivência com vários tipos de mecanismos de indexação

demaís contratos ou é só para os salários?

Malan — Há uma grande confusão a esse respeito. Ouço com grande frequência que vamos desindexar o mercado financeiro. O que é isso? As pessoas que falam que é necessário desindexar o mercado financeiro estão dizendo: olha os juros estão muito altos e a restrição monetária e creditícia está muito apertada. Os juros não estão indexados.

Estado — Estão indexados, sim.

Uma pessoa que pega um empréstimo na rede bancária não sabe quanto vai pagar. Porque é a TR mais juros. Isso é indexação.

Malan — A TR não deve ser um indexador. Deveria ser uma taxa de juros como em todos os países do mundo. Tem a libor, tem a prime-rate americana...

Estado — A Argentina desindexou completamente a economia.

Malan — O Brasil não pode fazer o que a Argentina fez quando lançou

a sua lei de conversibilidade e proibiu toda e qualquer forma de indexação na economia. Lá havia essa possibilidade, porque eles estavam saindo de duas hiperinflações. Não tinham a tradição que o Brasil teve de três décadas de convivência com a indexação.

Estado — Se é desregulamentação, tem que ser gradual...

Malan — Infelizmente tem de ser... Existe um apelo muito grande, por grandes soluções, de que uma

vez por toda se equacione o problema. Acho que em várias áreas, a estratégia é progressivamente tirar o governo, a ingerência do governo.

Estado — Então, qual é a expectativa de inflação para o segundo ano do Real?

Malan — Se conseguirmos baixar a inflação ainda mais, ainda que de forma gradual, não iremos para uma inflação de um dígito neste País em um ou dois anos. Pensar isso seria um equívoco. Nós estamos falando em uma redução gradual, mas sustentada e significativa ao longo dos próximos anos.

Estado — O Congresso está discutindo o tabelamento dos juros em 12%. Tem uma lista de mais de 100 dissidentes na base do governo. Como o governo vai controlar isso e que tipo de estrago o tabelamento dos juros terá sobre a economia?

Malan — Passei duas horas da semana passada com a bancada do PMDB, a convite deles, e duas com a bancada do PFL. A limitação dos juros em 12% é um equívoco. Grave, a meu ver. Passa uma idéia absolutamente equivocada para o conjunto da sociedade brasileira e internacional, de que é possível resolver um problema dessa complexidade com um édito palaciano ou com um decreto legislativo. Vai na contramão de decisões que o próprio Congresso está tomando, no sentido de modernizar a economia, com essas votações da ordem econômica.

Estado — Os deputados estão dando um recado ao governo sobre a questão dos juros?

Malan — Exatamente. Ao assinar o requerimento da deputada Jandira Feghali (PC doB/RJ), o que vários deputados quiseram fazer é mandar uma mensagem ao governo de que as taxas de juros estão altas demais.